



ATA N.º 4/2026

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária, a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

PRESIDENTE:

Jorge Joaquim Piteira Macau

VEREADORES:

Carla Gertrudes Ramires Romana

Rodrigo José de Deus Panelas

Ana Raquel Portalegre Tomaz

Gonçalo Alexandre Coelho Lopes

HORA DE ABERTURA:

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião, pelas quinze horas e quarenta minutos.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A) Proposta de aprovação de atas:

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata n.º. 3 de 11/02/26, a qual foi distribuída, antecipadamente, pela vereação.

B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo questionando quais as medidas idealizadas para o problema do lixo, embora reconheça que muitas das situações se devem à falta de civismo por parte de muitas pessoas, mas julga ser importante haver mais sensibilização e algumas soluções



como fixação de pontos de recolha de forma a evitar o que se passa nas hortas que sendo um lugar menos visível é utilizado para deixarem lixo diversificado.

De seguida, interveio a Sr^a. Vereadora Carla que dada a proximidade do dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher – manifestou uma saudação a todas as funcionárias da C. M. e à colega Vereadora, realçando que se tem assistido cada vez mais ao atropelamento dos direitos das mulheres, que devem ser condenados e exigir-se pela igualdade dos mesmos. De seguida questionou se já foram concretizadas as reversões dos lotes que foram decididos em anteriores reuniões, e como vão ser a disponibilização dos mesmos, se seguem a ordem dos últimos sorteios ou se vão ser colocados a novo sorteio e quando se prevê, assim como dos lotes que têm sido indicados em Arraiolos e em S. Pedro da Gafanhoeira. Sugeriu que devia ser encontrada uma forma aligeirada na burocracia dos licenciamentos para efeitos de compra e venda de imóveis no concelho, embora reconheça que houve um esforço por parte do Gabinete de Urbanismo na redução de situações acumuladas, contudo ainda se mantêm muitas queixas em especial nessas situações, solicitando que fosse revista de forma a reduzir o tempo de resposta. Por fim, perguntou se estava prevista a consulta pública do PDM.

O Sr. Presidente respondendo às questões, informou que no tocante ao lixo se deve em muito à falta de civismo por parte de muitas pessoas, salientando que tem havido um grande esforço para manterem semanalmente o local indicado limpo, mas continuam a colocar todo o tipo de resíduos, embora haja indicação ao encarregado que caso haja alguma identificação do infrator seja comunicado às autoridades. Indicou que no orçamento do corrente ano está previsto um ecocentro que será disponibilizado na Zona Industrial onde poderão colocar todos os resíduos, podendo vir a funcionar, mas a experiência que têm é que não irá resolver, pois haverá sempre quem continue a deixar junto dos contentores ou na zona das hortas. Referiu que o problema do lixo é transversal a todos os municípios que se debatem com o mesmo problema há anos, apesar das campanhas de sensibilização.

A Sr^a. Vereadora Carla interrompeu sugerindo que durante as festas de verão que se realizam nas freguesias fossem reforçados os contentores ou a disponibilização de sacos para a colocação de lixo, que muitas das vezes acaba por ficar espalhado no espaço.

Retomando o Sr. Presidente informou que já vem sendo hábito o reforço, além da sensibilização para a separação do mesmo, mas acaba por não resultar. Relativamente à reversão dos lotes



referiu que estão a decorrer os prazos para os proprietários se pronunciarem e entregarem a documentação, estando já marcadas algumas escrituras, contudo alguns vieram recorrer da decisão aguardando-se a informação dos serviços de forma a ser sujeita a deliberação da C. M.. Quanto à atribuição dos lotes terá que ser sujeita a nova abertura de edital que apenas será realizada quando a situação estiver resolvida, de forma a constar todos os lotes disponíveis. Sobre o PDM informou já ter sido solicitada através da plataforma a marcação de reunião por parte da CCDRA, que não veio a acontecer durante o mês corrente, esperando que durante o próximo mês seja realizada, de forma a seguir os trâmites seguintes. Quanto à desburocratização dos processos de licenciamento esclareceu que se deve essencialmente à legislação em vigor, embora os serviços de urbanismo se esforcem para tentarem reduzir o tempo de espera, de qualquer forma julga que poderá vir a melhorar após entrar em funcionamento a plataforma de urbanismo que se prevê nos próximos dias.

II – ORDEM DO DIA

1. *Presidência:*

1.1. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:

A Câmara ratificou, por unanimidade, os seguintes despachos de aprovação exarados pelo Sr. Presidente:

- Assinatura do Protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas de Arraiolos que tem como objetivo estabelecer, entre ambas as partes, o modo como se operacionalizará a Formação em Contexto de Trabalho adequada ao perfil de desempenho visado pelo curso frequentado pelo formando/aluno (Curso Profissional de Programador de Informática), com uma duração de 222 horas.
- Pedidos apresentados pelo Portal “Casa Pronta” não exercendo o direito de preferência sobre a compra e venda dos imóveis abaixo indicados:
 - Imóvel localizado na Rua da Nova, nº. 11 – Arraiolos (Anúncio 27608/26);
 - Imóvel localizado no Bairro Serpa Pinto, nº. 4 e 4A – Arraiolos (Anúncio 27608/26);
 - Imóvel localizado no Largo da Igreja, nº. 3 – S. Pedro da Gafanhoeira (Anúncio 29689/26).
- Pedido apresentado por Maria Guilhermina Severino e João Estrabocha Pontes relativo ao não exercício do direito de preferência sobre o lote 4 do Loteamento Municipal da Carreira



de Baixo – Arraiolos e autorização de venda do mesmo pelo valor de 170.000,00€, a Maria Catarina Pequito Delgado e Jorge Aldeias Figueira.

2. Divisão Administrativa e Financeira e de Apoio Jurídico:

2.1. APRECIACÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, cujo total de disponibilidades é de 4.197.531,57€ (quatro milhões, cento e noventa e sete mil quinhentos e trinta e um euros cinquenta e sete cêntimos) sendo: *dotações orçamentais* – 4.195.870,08€ (quatro milhões, cento e noventa e cinco mil oitocentos e setenta euros e oito cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.661,49€ (mil, seiscentos e sessenta e um euros quarenta e nove cêntimos).

2.2. APROVAÇÃO DOS TARIFÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:

Pelo Sr. Presidente foi submetida proposta de alteração ao Tarifário de Águas, Saneamento e Resíduos para 2026, a qual foi entregue previamente a todos os membros, que, por exaustiva, se dispensou a sua transcrição, ficando arquivada na pasta auxiliar de atas/2026.

Referiu o mesmo que a proposta foi sujeita a parecer da ERSAR no cumprimento da legislação, que veio a emitir, muito idêntico aos anos anteriores, ou seja, impõem algumas alterações que se traduzem no aumento de acordo com os custos reais, o que levaria a uma alteração substancial, contudo a C. M. optou por uns valores mínimos.

A Sr^a. Vereadora Carla discordou com a proposta justificando que embora se trate de um aumento residual acaba por ser uma alteração de preço quando o Município tem uma condição financeira favorável o que traria uma mais valia para os munícipes, em especial os idosos cujos rendimentos são muito baixos, indicando haver legislação que salvaguarda essa situação.

O Sr. Presidente informou que a C. M é obrigada todos os anos a remeter à ERSAR a alteração do tarifário, caso contrário poderá ser lesada por incumprimento, salientando ainda que os munícipes com rendimentos baixos poderão usufruir da redução com o cartão social de munícipe, reforçando que a alteração se resume a cêntimos.



Após apreciação do assunto foi a proposta aprovada, por maioria, com 3 votos favoráveis e 2 contra (Vereadora Carla e Vereador Gonçalo), com efeitos reportados a 01/02/2026.

2.3. EXPLORAÇÃO DA LOJA N.º 4 DO MERCADO MUNICIPAL DE ARRAIOLOS – ABERTURA DE EDITAL:

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o programa de concurso e caderno de encargos com vista à abertura de Edital para a concessão de exploração de 1 loja do Mercado Municipal de Arraiolos.

Preço base da exploração – 100€

As propostas deverão ser admitidas até as 12 horas do dia 12/3/2026, sendo a abertura realizada no mesmo dia, pelas 15 horas.

O júri será constituído por:

Presidente: Francisco José Tomás Catarro

Vogais efetivos:

- Mariana Perpétua Pereira Charneca Requetim, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos)

- Andreia Isabel Cotovio Galhardo

Vogais Suplentes:

- Antónia Isabel Torrinhos Pereira

- Rosa Maria Caldinhas de Sousa Anico

O contrato terá início no dia 1 de abril de 2026.

Para os efeitos deverá ser divulgado através de Edital.

2.4. PROCEDIMENTO N.º. 21/DAF/CPN2020 – GARANTIA BANCÁRIA – CANCELAMENTO:

Atendendo à informação/proposta emitida pelo Chefe da DAFAJ deliberou a Câmara, por unanimidade, delegar no Sr. Presidente todos os poderes instrumentais necessários à concretização do cancelamento da garantia bancária n.º. 2595.000352.893, emitida pela Caixa Geral de Depósitos com o valor de 8.992,67€, correspondente a 5% do valor da adjudicação do



procedimento em título (fornecimento de serviços de seguros para o período compreendido entre 1/12/2020 a 30/11/2023).

Refere a informação que o cancelamento resulta da extinção da relação contratual entre ambas as partes e bem assim as obrigações correlativas por parte da adjudicária Fidelidade, S.A.

2.5. PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DO TIPO DE LICENÇA DE TÁXI:

Pelo Sr. Presidente foram presentes pedidos apresentados pelos titulares das licenças de Táxi, da praça de Arraiolos, abaixo indicados, requerendo a alteração das mesmas que se encontram caracterizadas com o distintivo e cor padrão para descaracterizada tipologia A (art.º 28.º do Decreto-Lei n.º. 101/2023, de 31 de outubro).

- Licença n.º 2 – veículo com a matrícula AS-48-FX, em nome de Daniel Jorge Cristino Vitorino;
- Licença n.º 4 – veículo com a matrícula BN-58-OL, em nome de Táxis Joaquim José Portalegre Vicente & Filhos, Lda;
- Licença n.º 10 – veículo com a matrícula 56-XF-92, em nome de Pedro Manuel Barreiros Macau Leitão.

Atendendo à informação emitida pelo Cefe da DAFAJ, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pretendido.

3. Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente:

4.1. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO:

Pelo Sr. Vereador Rodrigo Panelas foram submetidos à reunião os seguintes processos:

- ⇒ *Processo n.º 38/71*, em nome de Paula Cristina Canelas Raposo Ramalho, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura, enquanto legalização, das obras realizadas nas frações A e D do prédio sito na Rua Alexandre Herculano, n.ºs. 12, 14, 16, 18, 20 e 20A, Travessa Torta n.º. 2 e Rua Cunha Rivara n.º. 1 e 3, em Arraiolos.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 20/02/2026.



- ⇒ *Processo nº 13/77*, em nome de Artur José Pinto Bolas, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à obra de alteração/ampliação, enquanto legalização, no imóvel sito na Rua da Liberdade, nº. 15, em Sabugueiro.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 20/02/2026.

- ⇒ *Processo nº 25/18*, em nome de Tapada de Coelheiros, Ld^a., relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à obra de ampliação de casão agrícola sito na Coelheiros e Branca de Almeida – Igreja.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 11/02/2026.

- ⇒ *Processo nº 27/25*, em nome de Susana Isabel Pimenta de Sousa, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à obra de alteração que pretende realizar no imóvel sito na Rua da República, 74, 75 e 76, em Carrascal.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 19/02/2026.

- ⇒ *Processo nº 60/25*, em nome de António da Conceição dos Loios Angelino, relativo ao pedido de aprovação de projeto de arquitetura relativo à construção de uma moradia unifamiliar, na Rua do Telheiro – Ilha da Boavista.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o projeto condicionado ao exposto no parecer técnico de 20/02/2026.

3.2. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA:

Presente o Processo nº. 8/25, de que é requerente Eurico Manuel Silva Amaral, relativo a pedido de informação prévia – obra de alteração – de uma moradia unifamiliar e construções anexas na Rua Direita, nº. 32, em Vimieiro.

Tendo em conta a informação da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, deferir o pedido condicionado ao exposto no parecer técnico de 9/2/2026.



3.3. REVERSÃO DE LOTE DE TERRENO:

Atendendo às informações técnicas e respetivo despacho emitido pela Chefe da DOTUA, a Câmara deliberou, por unanimidade, que fosse revertido para a posse do Município, o lote nº. 8 – Loteamento Municipal de S. Pedro da Gafanhoeira, de que é proprietário Rui Manuel Flamino Paulo, por incumprimento do disposto na alínea c), do artº. 12.º do Regulamento Municipal e Cedência de Terrenos Para fins Urbanísticos Pertença do Município de Arraiolos:

Deliberou igualmente a Câmara, por unanimidade, que o proprietário fosse ressarcido da importância de 3.946,73€, correspondendo ao valor apurado, após a redução da percentagem referida no nº. 2 do artº. 13.º do já citado Regulamento.

Foram ainda delegados poderes no Sr. Presidente e/ou Vice-Presidente para assinatura da escritura de reversão.

3.4. DIVISÃO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL:

Tendo em conta o despacho da Chefe da DOTUA, deliberou a Câmara, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria relativo à divisão em propriedade horizontal do imóvel sito na Rua da Parreira 5 e 7 – Arraiolos, em duas frações autónomas, constante no processo nº. 86/93, em nome de Saramago Unipessoal, Lda.

4. DASEC - Divisão de Ação Sócio-Educativa e Cultural:

4.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

Tendo em conta as informações/propostas da DASEC, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes subsídios:

- *Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Carrascal e S. Gregório* – 556,96€, para apoio na aquisição de equipamentos essenciais ao funcionamento;
- *Associação Fora Figo* – 2.586,50€, para aquisição e implementação de sistema de recolha solidário de tampas (Apoio especial – Edital 4/2025);
- *Imagem Imprensa* – 1.376,86€, para apoio anual (aperfeiçoamento) - Edital 14/2025;
- *Lusitano Desportivo Arraiolense* – 2.311,00€, sendo 350,00€ destinado à retificação do apoio à época desportiva 2025/2026 – roupeiro mês de setembro/25 (Edital 19/2025) e 1.961,00€ para apoio na aquisição de equipamentos (Edital 5/2025);



- *Grupo Desportivo São Pedrense* - 350,00€ destinado à retificação do apoio à época desportiva 2025/2026 – roupeiro mês de setembro/25 (Edital 19/2025);
- *Futebol Clube Santana do Campo* – 2.502,00€, sendo 350,00€ destinado à retificação do apoio à época desportiva 2025/2026 – roupeiro mês de setembro/25 (Edital 19/2025) e 2.152,00€ para apoio ao funcionamento das atividades (Edital 19/2025);
- *Centro Social Recreativo de Cultura e Desporto de Igrejinha* – 7.320,00€, sendo 7.200,00€ para retificação do apoio mencionado no contrato programa aprovado na reunião da C. M. de 24/9 – apoio ao desenvolvimento desportivo – sessões de intervenção comunidade meses de fevereiro a julho/26 e 120,00€ para retificação do apoio indicado no mesmo contrato programa relativo às sessões “aprender para transformar” (Edital 14/2025).

Anexo constava os respetivos cabimentos emitidos pelo serviço financeiro com os n.ºs. 340 e 356/2026.

4.2. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:

A Sr.ª. Vereadora Ana Tomaz apresentou informação da Técnica de Ação Social - DASEC dando conhecimento do resultado da avaliação de processo apresentado, no âmbito da Ação Social Escolar, indicando reunir as condições para integração de 1 aluna – Estela Rosa Rodrigues - EB1 de Arraiolos, no escalão B, propondo que seja concedido o apoio preconizado na deliberação tomada em 16 de julho de 2025, designadamente a comparticipação de 50% no tocante à refeição (almoço) e atividades de complemento curricular.

De acordo com o indicado na informação propôs ainda a atribuição de auxílio económico de 50€, o qual está devidamente cabimentado pelo serviço financeiro, com o n.º. 1o64/2025.

A Câmara aprovou, por unanimidade, o proposto.

III – ATENDIMENTO PÚBLICO:

Após encerramento dos pontos da Ordem de Trabalhos propôs o Sr. Presidente que o horário do atendimento público fosse antecipado, dada a presença de cidadãos dando a palavra aos mesmos por ordem de chegada:



- Sr. *Filipe Saramago* detentor do processo nº. 86/93, em nome de Saramago Unipessoal, Lda (hoje aprovado), indicando que a sua presença se devia à situação do processo atendendo à urgência, contudo, solicitou esclarecimento sobre a aprovação dado não ter percebido os trâmites seguintes, ao que o Sr. Presidente esclareceu que se tratou de homologação do auto de vistoria relativo à divisão em propriedade horizontal seguindo-se a emissão de certidão, que na próxima semana será disponibilizada pelos serviços. O requerente agradeceu informando que ficaria a aguardar o documento.
- Srs. João Fatela e Samuel Catalão, residentes em Arraiolos - Rua Vieira da Silva, nº. 44 e 41, em que apresentaram assunto comum a ambos relativamente à ocorrência de infiltrações nos seus imóveis, que têm vindo a piorar ao longo dos anos, tendo este ano devido às fortes chuvadas se degradado ainda mais, solicitando que fosse encontrada uma solução que minimizasse a situação, até porque, são de opinião que a caleira das águas pluviais devia ter sido instalada do lado das garagens ou ao meio da rua e nunca encostar com os imóveis, ao que o Sr. Presidente referiu que a solução poderá ser a abertura de uma vala de impermeabilização mas poderá não vir a resultar, de qualquer forma irá colocar a situação nos serviços, até porque há outras habitações no mesmo Bairro com a mesmo problema.

O Sr. João Fatela aproveitou para manifestar desagrado por alguns espaços na zona estarem a ser utilizados como depósito de lixo (pneus, caixilharias de alumínio velhas, equipamentos, etc) junto a uma zona habitacional e solicitar a possibilidade de recolha de móveis antigos do imóvel vizinho, propriedade do seu filho, indicando ter feito o pedido há cerca de um mês e insistência na passada semana, tendo o Sr. Presidente garantido que antes do fim de semana o serviço será realizado.

IV - APROVAÇÃO DE MINUTA:

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada, por unanimidade.



E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezassete horas e cinco minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pelo Sr. Presidente e por mim *Maria Manuel Pereira* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica,